

Relatório de

Análise das Metas e Demandas Estratégicas do TRT-PR

Janeiro a dezembro de 2025

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos
Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística
trt9.jus.br/estrategia

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026	3
Faróis de Desempenho das Metas Nacionais	4
METAS DE NATUREZA PROCESSUAL	5
Julgar mais processos que os distribuídos	6
Julgar processos mais antigos (Parte 1)	7
Julgar processos mais antigos (Parte 2)	8
Estimular a conciliação	9
Reducir a Taxa de Congestionamento	10
Impulsionar processos à execução	11
METAS DE NATUREZA NÃO PROCESSUAL	12
Estimular a inovação no Poder Judiciário	13
Promover os direitos da criança e do adolescente	14
Promover a saúde de magistrados e servidores	15
OUTRAS DEMANDAS DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	16
Levantamento de Governança	17
Ranking da Transparência do Poder Judiciário	18
Prêmio CNJ de Qualidade	19
Prestação de Contas e Relatório de Gestão	20
INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS	21
Elaboração	21
Contato	21
Apêndice I – Índice de Alcance das Metas	21
Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas	21

*Este relatório visa apresentar a situação do TRT-PR nas **Metas Nacionais** e nas demandas de **Governança e Estratégia** do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.*

Curitiba, 06 de fevereiro de 2026.

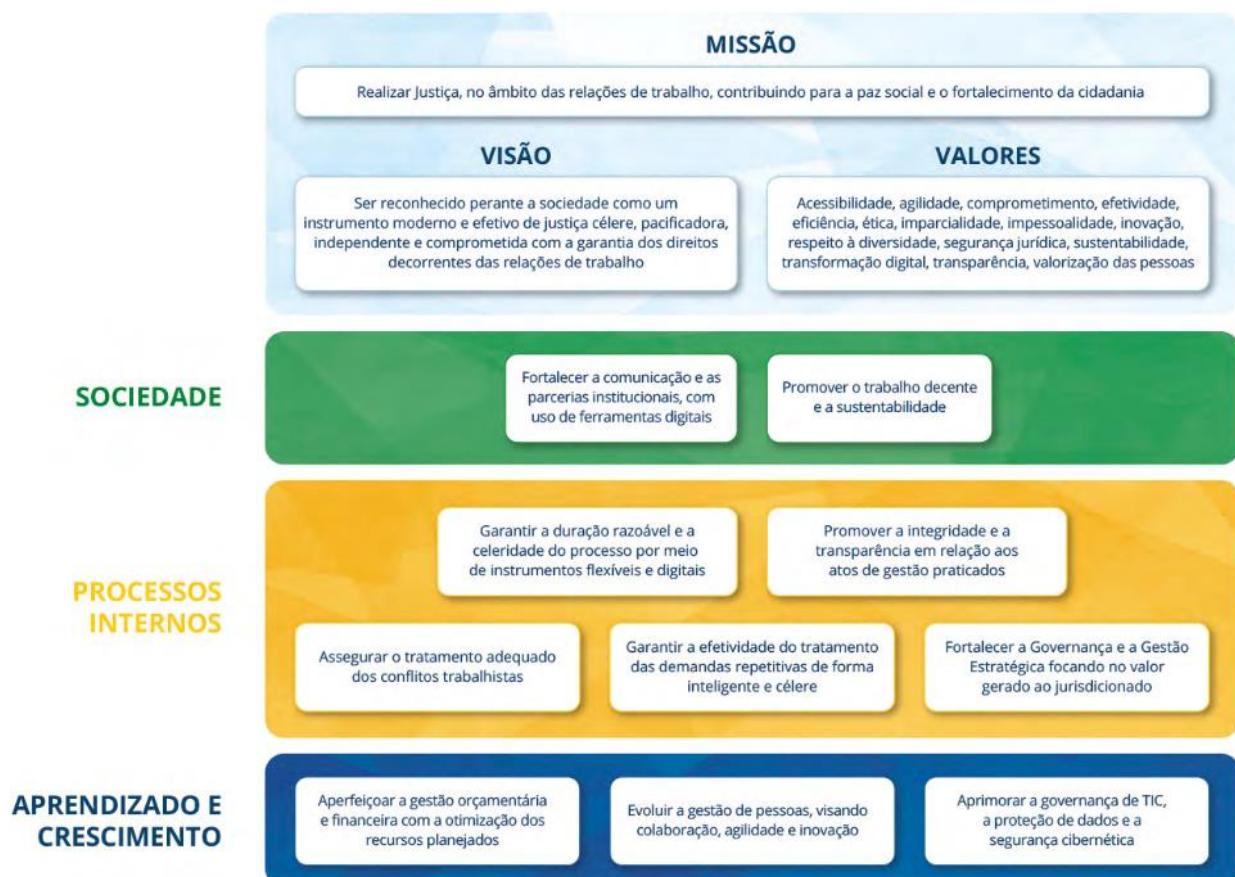
PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026

O [Plano Estratégico Institucional \(PEI\) do TRT-PR](#) ciclo 2021-2026, aprovado pela [RA Tribunal Pleno 68/2021](#), foi atualizado pela [RA Tribunal Pleno 01/2026](#).

A Gestão Estratégica do TRT-PR segue as diretrizes da [Resolução CNJ 325/2020](#), tendo efeito de Política para o Tribunal. A Metodologia de Gestão Estratégica do TRT-PR segue o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, [Resolução CSJT 387/2024](#) que revogou a [Resolução CSJT 259/2020](#).

Para a construção do PEI foram consideradas as orientações do CSJT denominadas Regras de Ouro para o Desdobramento da Estratégia 2021-2026, que podem ser consultadas no [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026 - Exercício 2025](#). O Plano é revisado anualmente considerando as metas aprovadas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, podendo também ser incluídas alterações decorrentes de orientações do CNJ, CSJT ou do próprio Regional.

MAPA ESTRATÉGICO



Faróis de Desempenho das Metas Nacionais

Para apresentar a situação atual do cumprimento das Metas Nacionais, visando o entendimento de uma forma mais didática, os status de cada Meta são apresentados por meio de faróis de desempenho.

Nos Relatórios **durante o exercício** são 3 os faróis:

Cumprida ✓

Representa que a Meta está completamente cumprida e que não são necessárias mais ações para o cumprimento, independentemente se o exercício ainda está em andamento.

Em cumprimento (acima da meta) ▲

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta é considerada cumprida, porém são necessárias ações para que o cumprimento seja mantido até o final do exercício.

Em cumprimento (abaixo da meta) ✗

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta não é considerada cumprida, porém há ações em andamento objetivando seu cumprimento até o final do exercício.

Já no Relatório de **fechamento do exercício** (ano completo) constarão apenas os 2 faróis:

Cumprida ✓

Não cumprida ✗

METAS DE NATUREZA PROCESSUAL

As Metas de Natureza Processual visam aferir o julgamento dos processos, a conciliação, a execução e a taxa de congestionamento. Estas metas impactam diretamente as unidades de 1º e 2º graus de jurisdição.

No 1º Grau o acompanhamento das metas é realizado pela Corregedoria Regional que, por meio do [Selo de Excelência 2025](#), normatizado pelo [Edital SECOR 1001/2025](#), e de diversos Painéis, disponibilizam às Varas do Trabalho o andamento das metas e quais processos as impactam. No 2º Grau o acompanhamento é realizado pela Presidência e pelo Gestor de Metas do TRT-PR.

Para subsidiar este relatório, a Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística disponibiliza mensalmente as informações referentes aos resultados das metas, que são também utilizadas para conferência das informações apresentadas nos Painéis Nacionais do CNJ e do CSJT.

As Iniciativas Estratégicas (Projetos e Ações Institucionais) em andamento podem ser visualizadas no [Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#) (link interno) ou na página [Projetos Estratégicos](#) no portal do Tribunal.

Apresentam-se a seguir as Metas de Natureza Processual e as respectivas situações de atendimento, considerando a publicação pelo CNJ do [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025 versão 4](#) e pelo CSJT do [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2025 versão 3.13](#).

Julgar mais processos que os distribuídos

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Meta Nacional 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, for menor que 40%.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 94,83%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Embora a meta tenha sido cumprida pela cláusula de barreira, diferentemente do ocorrido no ano anterior, que foi cumprida pelo resultado, ao considerar o mesmo período de referência (janeiro a dezembro), observa-se que em 2025 foi julgado um número maior de processos em comparação a 2024. No 1º Grau foram julgados **9.784** processos a mais e no 2º Grau foram julgados **1.380** processos a mais.

A Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento no período foi de **32,84%**.

Julgar processos mais antigos (Parte 1)

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 94%

Resultado alcançado: 99,72%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Em relação à primeira parte da meta, no 1º Grau o resultado foi de **99,71%**, decorrente do trabalho desenvolvido nos anos anteriores, que promoveu a redução gradual do acervo de processos antigos. No 2º Grau, o cumprimento foi de **99,75%**. Registra-se que a meta vem sendo cumprida desde janeiro, mês no qual o Tribunal alcançou o resultado de **95,85%**. Historicamente, essa meta foi superada em agosto de 2021, em maio de 2022, em fevereiro de 2023 e em janeiro de 2024, considerando 1º e 2º graus.

Julgar processos mais antigos (Parte 2)

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 100%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: A Meta Nacional 2 está dividida em duas partes, sendo que a primeira parte trata dos processos antigos, idêntica à meta original elaborada em 2021, e a segunda parte trata dos processos mais antigos, pendentes de julgamento há 5 anos ou mais. No que se refere à segunda parte, tanto o 1º Grau quanto o 2º Grau alcançaram o cumprimento da meta.

Estimular a conciliação

Objetivo Estratégico: Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Indicador: Índice de Conciliação (IC)

Meta Nacional 3: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 52,17%

Resultado alcançado: 53,72%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: O TRT-PR tem alcançado excelentes resultados na conciliação em decorrência da cultura conciliatória que envolve partes e magistrados. O valor de referência para a meta de 2025 foi de **51,67%**, correspondente à média do biênio 2022/2023 alcançada pelo Tribunal. Quanto à abrangência, a meta aplica-se apenas ao 1º Grau e restringe-se à Fase de Conhecimento.

Reducir a Taxa de Congestionamento

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC)

Meta Nacional 5: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 34,49%

Resultado alcançado*: 33,92%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Para a meta de 2025, foi definido como valor de referência o resultado alcançado no ano anterior. Em 2024, a Taxa de Congestionamento foi de **34,99%**. A meta foi cumprida em ambas as instâncias, sendo que, no 2º Grau, pela cláusula de barreira. Os resultados obtidos no período foram de **33,98%** no 1º Grau, sendo a meta 35,35%, e de **33,63%** no 2º Grau, sendo a meta 30,66%. A Taxa de Congestionamento do Tribunal na Fase de Conhecimento foi de **32,84%** e na Fase de Cumprimento de Sentença **34,40%**, que considera as etapas de liquidação e execução forçada. A Taxa de Congestionamento no 2º Grau na Fase de Conhecimento foi de **33,63%**.

**Meta com polaridade invertida, quanto menor o resultado alcançado, melhor.*

Impulsionar processos à execução

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Extinção na fase de Cumprimento de Sentença

Meta Institucional: Extinguir quantidade maior de processos na fase de cumprimento de sentença do que o total de processos que ingressaram nessa fase no ano corrente.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 106,14%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Em 2025 foi alterado o desafio do Selo de Excelência da Corregedoria que tratava do Índice de Execução, passando a considerar no novo indicador as etapas de liquidação e execução forçada. No período, foram identificados **114.501** processos na fase em cumprimento de sentença e foram extintos **121.535** processos. Observa-se que, nos últimos anos, as unidades têm sistematicamente extinguido mais execuções do que são iniciadas.

METAS DE NATUREZA NÃO PROCESSUAL

As Metas de Natureza não Processual impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal e sua imagem institucional, pois se comunicam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e objetivam a qualidade de vida de magistrados e servidores. Estas metas são monitoradas pela Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos.

Apresentam-se a seguir as Metas de Natureza não Processual em concordância com o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025 versão 4](#) e o [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2025 versão 3.12](#).

Estimular a inovação no Poder Judiciário

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de Inovação (II)

Meta Nacional 9: Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

Responsável: Laboratório de Inovação

Desdobramento em 2025: a Meta Nacional 9 se divide em 2 critérios: o cadastro dos dois projetos na plataforma RenovaJud do CNJ até 31/05 e a atualização do cadastro demonstrando a efetiva aplicação pelos Laboratórios de Inovação de abordagem voltada ao estímulo da criatividade, cocriação e experimentação (processo de inovação), bem como a inovação contida na proposta de solução, até 31/07. A meta estará cumprida se o tribunal, cumulativamente, atender os dois critérios.

Aferição: 31/05 e 31/07

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 100%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Para fins de cumprimento da Meta Nacional 9, foram cadastrados no [RenovaJud](#), pelo Laboratório de Inovação do TRT-PR, dois projetos: [Experimenta.AI!](#) e [Pílulas de Inovação](#). Todos os critérios requeridos para o atendimento da meta foram integralmente cumpridos, sendo considerada 100% alcançada, conforme confirmado por consulta realizada em 28/01/2026 ao [Painel Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025](#), disponibilizado pelo CNJ.

Promover os direitos da criança e do adolescente

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI)

Meta Nacional 10: Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.

Responsável: Coordenadoria do Programa de Combate ao Trabalho Infantil do TRT-PR (PCTIR)

Desdobramento em 2025: a Meta Nacional 10 se divide em 3 ações: realização do diagnóstico da situação/problema que se busca enfrentar; o estabelecimento de instrumento formal de parceria com outra(s) instituição(ões); a consolidação do relatório com evidenciação dos benefícios alcançados com a ação implementada.

Aferição: Quadrimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 100%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Dentre as várias iniciativas previstas para serem realizadas ao longo do ano pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (PCTIR) do TRT-PR, foi definida para o atendimento da meta a realização da ação “[2º Concurso Estadual de Poesias](#)” (link interno), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR). A ação foi devidamente concluída e todos os critérios definidos para o atendimento da meta foram integralmente cumpridos, sendo considerada 100% alcançada.

Promover a saúde de magistrados e servidores

Objetivo Estratégico: Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação

Indicador: Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (IPSMS)

Meta Específica da Justiça do Trabalho: Instruir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.

Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE)

Aferição: Trimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 100%

Cumprida 

Análise do resultado alcançado no período: Foi instituído no TRT-PR, para 2025, o Programa de Qualidade de Vida. As ações previstas no Programa foram realizadas, sendo a participação durante o ano de referência de **38,28%** dos magistrados e de **35,77%** dos servidores. Em relação aos exames médicos periódicos, foram realizados por **31,58%** dos magistrados e **54,22%** dos servidores. Em relação às **3 ações** definidas pela Seção Médico-Odontológica, todas foram concluídas. Foram promovidas **3 ações** que contaram com a participação de terceirizados e estagiários nesse período.

OUTRAS DEMANDAS DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Além das Metas Nacionais, a Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE) gerencia diversos outros temas relacionados à Governança e à Estratégia do TRT-PR, temas estes demandados pelos órgãos superiores (CNJ, CSJT e TST) e de controle (TCU):

- Levantamento de Governança;
- Ranking da Transparência do Poder Judiciário;
- Prêmio CNJ de Qualidade;
- Prestação de Contas e Relatório de Gestão.

A principal ferramenta desenvolvida para este controle é o painel [Gestão de Demandas Estratégicas do TRT-PR](#) (link interno), o qual permite o acompanhamento dos mais de 900 Itens de Controle que compõem os temas mencionados acima, bem como a identificação de responsáveis e análise perante outros Regionais.

Estes temas impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal, sua imagem institucional e a conformidade com as determinações dos órgãos superiores e de controle.

Levantamento de Governança

O levantamento iESGo 2024 – índice ESG (*Environmental, Social and Governance*) teve como objetivo avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao TCU em relação às práticas ESG. O novo questionário, gerado a partir da reformulação do questionário do iGG utilizado até 2021, teve como desafio integrar a avaliação dos processos de governança e gestão aos de responsabilidade ambiental e sustentabilidade. O questionário de **autoavaliação** iESGo abordou os temas: liderança, estratégia, controle, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação, gestão de contratações, gestão orçamentária, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social.

Aferição: Trienal (conforme histórico das últimas realizações: 2018, 2021 e 2024)

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 518

Itens de Controle atendidos: 433

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: 74,9% (iESGo - Índice Governança, Sustentabilidade e Gestão)

Análise do resultado alcançado no período: Após respondido, o questionário resulta em diversos índices, a seguir apresenta-se o desempenho do TRT-PR nos principais:

Índice	Resultado
Governança, Sustentabilidade e Gestão (iESGo)	74,9%
Governança Pública (iGovPub)	83,8%
Governança de Pessoas (iGovPessoas)	87,0%
Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI)	84,2%
Governança de Contratações (iGovContratações)	77,6%
Governança Orçamentária (iGovOrcamento)	91,2%
Governança de Sustentabilidade Ambiental (iGovSustentAmb)	46,1%
Governança de Sustentabilidade Social (iGovSustentSocial)	41,7%

Informações adicionais:

[Página de Governança Pública Organizacional no portal do TCU](#)

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário é avaliado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada. Em 2025, conforme [Portaria CNJ 406/2024](#), os itens sob avaliação foram distribuídos em dez temas: Gestão; Audiências e Sessões; Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); Ouvidoria; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão Orçamentária e Financeira; Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação; Gestão de Pessoas; Auditoria e Prestação de Contas; e Sustentabilidade e Acessibilidade.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 87 (92, considerando itens gerenciados por mais de uma unidade)

Itens de Controle atendidos: 86

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: 99,06%

Análise do resultado alcançado no período: Ainda em 2024, foi iniciado o projeto ["Atender ao máximo os itens do Ranking da Transparência 2025"](#), visando o aprimoramento na prestação de informações no portal institucional. Do total de 87 itens, 2 foram inicialmente considerados não atendidos pelo CNJ, foram apresentados recursos para os 2 itens, dos quais 1 foi aceito. Dessa forma, o TRT-PR atendeu 86 dos 87 itens da edição 2025, obtendo **211 pontos** dos 213 possíveis. A pontuação final do TRT-PR foi **99,06%**, a segunda melhor pontuação da Justiça do Trabalho, logo atrás de oito regionais que obtiveram a pontuação máxima. Foi a maior pontuação do TRT-PR na série histórica, desde a criação do Ranking em 2018. Pelos critérios do Prêmio CNJ da Qualidade 2025, o TRT-PR recebeu **80 pontos** (dos 100 pontos possíveis) no item do Ranking da Transparência.

Informações adicionais:

[Projeto Atender ao máximo os itens do Ranking da Transparência 2025](#) (link interno)

Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao Selo Justiça em Números, aferido desde 2013. A elaboração é realizada anualmente por determinação do CNJ e envolve todas as unidades do TRT-PR. Em 2025, conforme [Portaria CNJ 411/2024](#), os itens sob avaliação estão distribuídos em quatro temas: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 135

Itens de Controle atendidos: 122

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: 85,3%

Análise do resultado alcançado no período: Em 2024 iniciou-se o projeto “[Prêmio CNJ de Qualidade 2025](#)”, com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão administrativa e judiciária, a produção de dados estatísticos e a transparência das informações, e consequentemente atender o maior número de itens da Edição de 2025. O resultado final, divulgado durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em dezembro, mostrou que o TRT-PR obteve **1.405,97 pontos** dos 1.649 possíveis, um rendimento de **85,3% (Premiação Ouro)**. Foi o melhor resultado na série histórica, iniciada em 2018, sendo 9,7 pontos percentuais acima do resultado de 2024.

Informações adicionais:

[Projeto Prêmio CNJ de Qualidade 2025](#) (link interno)

Prestação de Contas e Relatório de Gestão

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da [Instrução Normativa 84/2020](#) e da [Decisão Normativa 198/2022](#), estabelece diretrizes para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal. Os itens sob avaliação estão distribuídos em diversos temas como: Relatório de Gestão; Gestão Estratégica; Supervisão, Controle e Correição; Auditoria; Estrutura Organizacional, Cargos e Contatos; Gestão Orçamentária e Financeira, e; Ouvidoria.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 114

Itens de Controle atendidos: 114

Itens de Controle em atendimento: 0

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: não se aplica, basta a disponibilização de informações no portal institucional e estas são passíveis de auditoria

Análise do resultado alcançado no período: Os itens para Prestação de Contas e o Relatório de Gestão foram publicados no portal institucional conforme determinam os normativos ([Instrução Normativa 84/2020](#) e da [Decisão Normativa 198/2022](#)). Para garantir e aprimorar o processo, a Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística tem atuado junto às unidades na coleta das informações e apresentação no site do TRT-PR. O conteúdo e atendimento legal, bem como o envio aos órgãos superiores e de controle, de responsabilidade de cada uma das unidades em relação aos seus respectivos itens.

Informações adicionais:

[Relatório de Gestão TRT-PR 2024](#)

[Página Prestação de Contas no portal do TRT-PR](#)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS

[Página da Governança e Estratégia no portal do TRT-PR](#)

[Página Prestação de Contas no portal do TRT-PR](#)

[Painel Gestão de Demandas Estratégicas](#) (link interno)

[Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#) (link interno)

Elaboração

Luiz Henrique Tacconi

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Contato

Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - sge@trt9.jus.br

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Curitiba/PR

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Índice de Alcance das Metas (IAM) - Janeiro a dezembro de 2025
Metas Nacionais do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico Institucional

Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas

Estratégicas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Vetor 342267

Informação SGE 003/2026 ([ID 17376319](#))

Curitiba, 27 de janeiro de 2026.

Assunto: Resultados do TRT-PR nas Metas do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico Institucional no período de janeiro a dezembro de 2025.

Considerando,

- a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 instituída pela [Resolução CNJ 325/2020](#);
- o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, instituído por meio da [Resolução CSJT 387/2024](#), que revoga a [Resolução CSJT 259/2020](#);
- a [Resolução CSJT 290/2021](#), que aprova o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021 a 2026, alterada pela [Resolução CSJT 388/2024](#);
- o [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021 a 2026 - Exercício 2025](#), disponibilizado pelo CSJT;
- o [Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026 - Revisão 2024](#) aprovado pela [RA Tribunal Pleno 202/2024](#);
- as [Metas Nacionais](#) e as [Metas Específicas](#) aprovadas para o ano de 2025 no 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- o [Glossário dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026](#), publicado pelo CNJ;
- o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025 versão 4](#), publicado pelo CNJ;
- o [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho - Exercício 2025 versão 3.12](#), publicado pelo CSJT;
- o [Painel Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025](#) e o [Painel Estatísticas do Poder Judiciário](#), disponibilizados pelo CNJ, que utilizam a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud);
- o [Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho - Ano 2025](#), disponibilizado pelo CSJT, que utiliza dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão);



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

- a consulta realizada no [Painel Cumprimento das Metas Processuais - PEI 2021-2026](#) e o [Painel Metas Judiciárias 2025](#) em 27/01/2026, registrada no [Anexo SGE \(ID 17538988\)](#);
- que a aferição da Meta Nacional 9, de acordo com os glossários do CNJ e CSJT, foi prevista em dois momentos (31/05/2025 e 31/07/2025), o resultado apresentado se refere a 31/07/2025;
- que a Meta Nacional 10 e a Meta Específica da Justiça do Trabalho são aferidas quadrimestralmente, os resultados apresentados são referentes ao 3º quadrimestre de 2025;
- a [Informação SGE 1019/2025](#) sobre a alteração do valor de referência da Meta Nacional 3 e eventuais alterações dos valores de referência da Meta Nacional 5, ocorridas em agosto de 2025;
- a [Informação SGE 1065/2025](#) sobre a alteração do valor de referência da Meta Nacional 3, ocorrida em novembro de 2025;
- a [Informação SGE 5/2026](#) sobre a alteração do valor de referência da Meta Nacional 3, ocorrida em dezembro de 2025;
- que os dados apresentados nesta Informação consideram a versão 3.3 do extrator do sistema e-Gestão e são baseados nos sistemas internos do TRT-PR, sendo que eventuais diferenças conceituais em relação aos sistemas nacionais podem ocasionar apurações díspares;
- o [Provimento GCGJT 004/2023](#), que em seu Art. 189 §2º define: "*os erros materiais porventura existentes nas informações disponibilizadas mensalmente no Sistema e-Gestão poderão ser corrigidos até 1º de março do ano subsequente ao ano de referência das informações*", podendo ocasionar, portanto, eventuais alterações nos resultados do TRT-PR nas referidas Metas.

Informam-se, a seguir, os resultados alcançados pelo TRT-PR nas Metas do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho no período de **janeiro a dezembro de 2025**. As iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos do Plano Estratégico Institucional podem ser consultadas na página [Projetos Estratégicos](#).

Tatiane Centeno Prestes
Chefe do Núcleo de Estratégia

Luiz Henrique Tacconi
Coordenador da Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Plano Estratégico Institucional

Janeiro a dezembro de 2025

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta (Natureza Processual)	Abrangência	Resultado esperado	Resultado alcançado	Atendimento
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar mais processos que os distribuídos: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobretestados de 20/12/2024 a 19/12/2025. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, for menor que 40%. (Meta Nacional 1)	1º Grau 2º Grau Tribunal	94,01% 100,00% 96,81% 94,83%		Cumprida pela cláusula de barreira
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020). (Meta Nacional 2) <i>Parte 1: Identificar e julgar até 31/12/2025 pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023.</i> <i>Parte 2: Identificar e julgar até 31/12/2025 100% dos processos pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).</i>	1º Grau 2º Grau Tribunal 1º Grau 2º Grau Tribunal	99,71% 99,75% 99,72% 100,00% 100,00% 100,00%		Cumprida
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de Conciliação (IC)	Estimular a conciliação: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. (Meta Nacional 3)	1º Grau	52,17%	53,72%	Cumprida
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC)	Reduzir a taxa de congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%. (Meta Nacional 5)	1º Grau 2º Grau Tribunal	35,35% 30,66% 34,49%	33,98% 33,63% 33,92%	Cumprida
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Extinção na fase de Cumprimento de Sentença (IECS)	Impulsionar processos à execução: Extinguir quantidade maior de processos na fase de cumprimento de sentença do que o total de processos que ingressaram nessa fase no ano corrente. (Meta Institucional)	1º Grau	100,00%	106,14%	Cumprida
Objetivo Estratégico	Indicador	Meta (Natureza não Processual)	Abrangência	Resultado esperado	Resultado alcançado	Atendimento
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação (II)	Estimular a inovação no Poder Judiciário: Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade. (Meta Nacional 9)	Tribunal	100%	100,00%	Cumprida
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de combate ao trabalho infantil (ICTI)	Promover os direitos da criança e do adolescente: Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais. (Meta Nacional 10)	Tribunal	100%	100,00%	Cumprida
Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (IPSMS)	Promover a saúde de magistrados e servidores: Instruir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025: (Meta Específica da Justiça do Trabalho) a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.	Tribunal	100%	100,00%	Cumprida

Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - TRT-PR

- a Meta Nacional 5 possui polaridade invertida, ou seja, quanto menor o resultado melhor
- os valores das Cláusulas de Barreira nas Metas 1 e 5, bem como os quantitativos de processos, constam na próxima página
Atualizado em 27/01/2026 com base nas informações prestadas pela Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados e demais unidades específicas

Informações Complementares das Metas de Natureza Processual

Janeiro a dezembro de 2025

Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos

Parâmetro	1º Grau	2º Grau	Tribunal	Observações relativas à forma de aferição e aos Glossários
Processos Julgados	126.540	54.313	180.853	Processos julgados = $\sum_{primeirasentm1} + baixm1$
Processos Distribuídos	134.603	56.104	190.707	Processos distribuídos = $\sum_{cnm1} + \sum_{redentm1} + \sum_{desm1} - \sum_{susm1} - \sum_{redsaim1}$
Cláusula de Barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento		32,84%		Fonte: Painel Metas Processuais - Informações Complementares (idêntica à da Meta 5) Obs.: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento nos últimos 12 meses: 32,84%
Resultado da Meta		94,83%		Para simples conferência dos quantitativos e percentual

Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos

Parâmetro - Parte 1	1º Grau	2º Grau	Tribunal	Observações relativas à forma de aferição e aos Glossários
Processos Antigos Julgados (2023)	47.415	13.506	60.921	Processos antigos julgados (2023) = $\sum_{primeirasentm2_a}$
Processos Antigos Distribuídos Líquidos (2023)	47.552	13.540	61.092	Processos antigos distribuídos líquidos (2023) = $\sum_{pdm2_a} + \sum_{julgadom2_a} - \sum_{susm2_a}$
Resultado da Meta		99,72%		Para simples conferência dos quantitativos e percentual
Parâmetro - Parte 2	1º Grau	2º Grau	Tribunal	Observações relativas à forma de aferição e aos Glossários
Processos Antigos Julgados (2020)	6	1	7	Processos antigos julgados (2020) = $\sum_{primeirasentm2_ant} + \sum_{baixm2_ant}$
Processos Antigos Distribuídos Líquidos (2020)	6	1	7	Processos antigos distribuídos líquidos (2020) = $\sum_{pdm2_ant} - \sum_{susm2_ant}$
Resultado da Meta		100,00%		Para simples conferência dos quantitativos e percentual

Meta Nacional 3 - Estimular a conciliação

Parâmetro	1º Grau (Tribunal)	Observações relativas à forma de aferição e aos Glossários
Processos Solucionados Conciliação	62.857	Processos solucionados por conciliação = \sum_{sent25}
Processos Solucionados	117.015	Processos solucionados = \sum_{sent25}
Referência: Média do Biênio 2022/2023	51,67%	Fonte: Painel Metas Processuais - Informações Complementares
Resultado da Meta	53,72%	Para simples conferência dos quantitativos e percentual

Meta Nacional 5 - Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

Parâmetro	1º Grau	2º Grau	Tribunal	Observações relativas à forma de aferição e aos Glossários
Processos Pendentes de Baixa	123.958	27.009	150.967	Processos pendentes de baixa = $\sum_{CP} - \sum_{Sus} - \sum_{CPExtFisc1} - \sum_{SusExtFisc1}$
Processos Baixados	240.866	53.322	294.188	Processos baixados = $\sum_{Tbaix} - \sum_{TbaixExtFisc1}$
Referência: Taxa de Congestionamento Líquida 2024 (exceto execuções fiscais)		34,99%		Fonte: Painel Metas Processuais - Informações Complementares
Cláusula de Barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento		32,84%		Fonte: Painel Metas Processuais - Informações Complementares (idêntica à da Meta 1) Obs.: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento nos últimos 12 meses: 32,84%
Cláusula de Barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução		34,40%		Fonte: Painel Metas Processuais - Informações Complementares Obs.: Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Execução nos últimos 12 meses: 34,40%
Resultado da Meta (a partir de janeiro, conforme glossário do CSJT)		33,91%		Fonte: Painel Metas 2025 - Para simples conferência dos quantitativos e percentual Obs.: Resultado da Meta considerando os últimos 12 meses: 33,91%

Meta Institucional - Impulsionar processos à execução

Parâmetro	1º Grau (Tribunal)	Observações relativas à forma de aferição e aos Glossários
Número total de casos novos de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial distribuídos no mês de referência	114.501	Processos na fase em cumprimento de sentença = $\sum_{P5.1}$
Número total de extinções em processos em Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial distribuídos no mês de referência	121.535	Processos extintos na fase em cumprimento de sentença = $\sum_{P5.3}$
Resultado da Meta	106,14%	Para simples conferência dos quantitativos e percentual

Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - TRT-PR

Atualizado em 27/01/2026

Informações Complementares das Metas de Natureza não Processual

3º Quadrimestre de 2025

Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário

Parâmetro	Atendimento	Observações
Critério 1. Até 31/05/2025, cadastrar na plataforma RenovaJud dois projetos de inovação, relacionados a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, para serem desenvolvidos em parceria entre seu Laboratório de Inovação e o de outro órgão público, do Judiciário ou externo, identificando o problema ou necessidade comum, os principais beneficiários e os benefícios esperados (proposta de valor).	1	Assume valor 1 se os dois projetos forem cadastrados na plataforma RenovaJud e atenderem aos requisitos definidos.
Critério 2. Até 31/07/2025, atualizar o cadastro na plataforma RenovaJud para demonstrar a efetiva aplicação pelos Laboratórios de Inovação de abordagem metodológica voltada ao estímulo da criatividade, cocriação e experimentação (processo de inovação), bem como a inovação contida na proposta de solução.	1	Assume valor 1 se forem atualizados os cadastrados na plataforma RenovaJud dos dois projetos e atenderem aos requisitos definidos.
Resultado da Meta	100,00%	<i>Cumprimento da Meta = Se "Critério 1" = 1 E "Critério 2" = 1 então a Meta está cumprida</i>

Meta 10 - Promover os Direitos da Criança e do Adolescente

Parâmetro	Atendimento	Observações
P10.1 - Foi realizado o diagnóstico da situação/problema que se busca enfrentar?	1	Assume valor 1 se "Sim", assume valor 0 se "Não". <i>Diagnóstico da situação/problema: informações que apresentem e demonstrem a situação/problema a ser enfrentada(o) ou解决ada(o). Pode ser respaldado por dados quantitativos ou qualitativos; exigências ou necessidades apontadas por organizações ou órgãos públicos; estudos; pareceres; dentre outros.</i>
P10.2 - Foi estabelecido instrumento formal de parceria com outra(s) instituição(ões)?	1	Assume valor 1 se "Sim", assume valor 0 se "Não". <i>Estabelecimento formal de parceria com outra(s) instituição(ões): termo de parceria, acordo de cooperação, convênio ou outro documento similar em que esteja positivado o objeto da parceria, os objetivos, as obrigações, as responsabilidades e o prazo. Ao instrumento de parceria deverá ser anexado o plano de ação de acordo com o formulário "Plano de Ação - Meta Nacional 10".</i>
P10.3 - Foi consolidado relatório com evidenciação dos benefícios alcançados com a ação implementada?	1	Assume valor 1 se "Sim", assume valor 0 se "Não". <i>Relatório de benefícios alcançados: avaliação, de acordo com o formulário "Relatório de Benefícios Alcançados - Meta Nacional 10", dos resultados obtidos com a implementação do plano de ação executado em parceria, considerando os objetivos estabelecidos no instrumento de parceria. A análise pode incluir dados quantitativos, qualitativos ou outras informações que evidenciem os resultados após a ação e/ou perspectivas de mudanças futuras positivas.</i>
Resultado da Meta	100,00%	<i>Percentual de cumprimento da Meta = ((P10.1+P10.2+P10.3) / 3) * 100</i>

Meta Específica da Justiça do Trabalho - Saúde de Magistrados e Servidores

Parâmetro	Atendimento	Observações
P12.1 - Quantidade de magistrados ativos no Tribunal.	209	-
P12.2 - Quantidade de magistrados informados em P12.1 que realizaram exame periódico de saúde em 2025.	66	-
P12.3 - Quantidade de magistrados informados em P12.1 que tomaram posse em 2025.	0	-
P12.4 - Quantidade de servidores ativos no Tribunal.	2.270	-
P12.5 - Quantidade de servidores informados em P12.4 que realizaram exame periódico de saúde em 2025.	1.207	-
P12.6 - Quantidade de servidores informados em P12.4 que tomaram posse em 2025.	44	-
P12.7 - Número de ações promovidas pelo tribunal com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absentismo do ano anterior em 2025.	3	Ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco maiores causas de absentismo do ano anterior: - Acompanhamento à Saúde Mental (CID F); - Palestras de Prevenção de Qualidade de Vida - parceria Unimed (CID F e outros); - Ginástica Laboral (CID M).
P12.8 - Foi instruído, em 2025, Plano de Qualidade de Vida no Tribunal?	1	-
P12.9 - Quantidade de magistrados distintos, informados em P12.1, que participaram no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas em 2025.	80	-
P12.10 - Quantidade de servidores distintos, informados em P12.4, que participaram no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas em 2025.	812	-
P12.11 - Número de ações promovidas pelo tribunal com vistas à promoção da saúde em que participaram terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes em 2025.	3	-
Percentual de magistrados que realizaram exame periódico	31,58%	Percentual de cumprimento da meta: $((\text{Magistrados com exame periódico} + \text{Servidores com exame periódico} + \text{Ações de saúde promovidas} + \text{Magistrados que participaram de ações} + \text{Servidores que participaram de ações} + \text{Ações de saúde promovidas com participação de terceirizados, estagiários e aprendizes} + \text{PQV}) / 7) \times 100$
Percentual de servidores que realizaram exame periódico	54,22%	Onde: Se $(P12.2 / (P12.1 - P12.3)) \geq 0,15$, então Magistrados com exame periódico = 1 Se $(P12.5 / (P12.4 - P12.6)) \geq 0,15$, então Servidores com exame periódico = 1 Se $(P12.7 / 3) \geq 1$, então Ações de saúde promovidas = 1 Se $P12.8 = 1$, então PQV = 1 Se $(P12.9 / P12.4) \geq 0,10$, então Magistrados que participaram de ações = 1 Se $(P12.10 / P12.4) \geq 0,15$, então Servidores que participaram de ações = 1 Se $(P12.11) \geq 1$, então Ações de saúde promovidas com participação de terceirizados, estagiários e aprendizes = 1
Quantidade de ações executadas	3	
Plano de Qualidade de Vida instituído	1	
Percentual de magistrados participantes em ações	38,28%	
Percentual de servidores participantes em ações	35,77%	
Quantidade de ações de saúde executadas de terceiros	3	Observação: o percentual de servidores participantes em ações (P12.10) supera 100% pelo fato de determinados servidores terem participado de mais de uma ação ao longo do ano, em quadrimestres distintos.
Resultado da Meta	100,00%	

Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026
Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - TRT-PR

Atualizado em 27/01/2026